

EDITAL Nº 001/2019 - ABERTURA E INSCRIÇÕES

O Município de Videira/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Manoel Roque, nº 88, representado pela Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal, Sra. Claudete Nardi Vavassori, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO a fim de possibilitar a contratação de empregos públicos em razão do Contrato de Prestação de Serviços nº 162/2018 firmado com a Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda., o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital.

A divulgação oficial deste Edital dar-se-á no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina/SC. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos sites da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br e da Prefeitura Municipal: www.videira.sc.gov.br. A publicação dos demais editais dar-se-á pelos sites da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br e da Prefeitura Municipal: www.videira.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo Público.

CAPÍTULO I - DOS EMPREGOS PÚBLICOS

- 1.1. O Processo Seletivo Público se destina à contratação de empregos públicos e formação de cadastro reserva, de acordo com a tabela de empregos abaixo e, ainda, das vagas que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo Público, conforme a conveniência do Município.
- 1.2. A aprovação no Processo Seletivo Público não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser convocado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

1.3. QUADRO DE EMPREGOS, VAGAS E REQUISITOS:

Nº	Empregos	Vagas	Requisitos mínimos exigidos na contratação	C.H. Semanal	Vencimento Básico
01	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Santa Gema	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
02	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Universitário	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
03	Agente Comunitário de Saúde: Bairro De Carli	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
04	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Oficina	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38



N⁰	Empregos	Vagas	Requisitos mínimos exigidos na contratação	C.H. Semanal	Vencimento Básico
05	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Vila Verde	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
06	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Campo Experimental	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
07	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Água Verde	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
08	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Floresta	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
09	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Panazzollo	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
10	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Cibrazém	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
11	Agente Comunitário de Saúde: Bairro SESI	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
12	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Farroupilha	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38



Nº	Empregos	Vagas	Requisitos mínimos exigidos na contratação	C.H. Semanal	Vencimento Básico
13	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Santos Dumont	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
14	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Rio das Pedras	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
15	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Amarante	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
16	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Cidade Alta	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
17	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Carboni	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
18	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Careli	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
19	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Centro	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
20	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Marafon	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38



Nº	Empregos	Vagas	Requisitos mínimos exigidos na contratação	C.H. Semanal	Vencimento Básico
21	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Aeroporto	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
22	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Santa Tereza	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
23	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Morada do Sol	CR*	 a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	40 horas	R\$ 1.256,38
24	Agente Comunitário de Saúde: Bairro São Francisco	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38
25	Agente Comunitário de Saúde: Bairro Dois Pinheiros	CR*	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino Médio Completo; c) Residir em uma das localidades da área da comunidade em que atuar até a abertura do edital; d) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 1.256,38

^{*}CR = Cadastro Reserva.

- 1.4. As ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS constam no Anexo I deste Edital.
- 1.5. O regime jurídico dos empregos públicos será o regido pela Lei Municipal nº 1.942/07, estando os empregos públicos sujeitos ao Regime Geral da Previdência Social (INSS).

CAPÍTULO II - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2.1. CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Publicação do edital de abertura e inscrições Prazo para impugnar o edital de abertura e inscrições Período de inscrições pela internet, através do site: www.legalleconcursos.com.br Período para solicitar isenção da taxa de inscrição Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição Período de recursos – isenção da taxa de inscrição Período dos pedidos de isenção da taxa de inscrição Resultado dos pedidos de isenção após recursos 09/01/201 09/01/201 09/01/201	ODO
Período de inscrições pela internet, através do site:09/01 a 10/02www.legalleconcursos.com.br09/01 a 10/02Período para solicitar isenção da taxa de inscrição09 a 27/01/2Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição28/01/201Período de recursos – isenção da taxa de inscrição29 a 31/01/2	9
www.legalleconcursos.com.br09/01 a 10/02Período para solicitar isenção da taxa de inscrição09 a 27/01/2Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição28/01/201Período de recursos – isenção da taxa de inscrição29 a 31/01/2	:019
www.legalleconcursos.com.brPeríodo para solicitar isenção da taxa de inscrição09 a 27/01/2Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição28/01/201Período de recursos – isenção da taxa de inscrição29 a 31/01/2	/2010
Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição28/01/201Período de recursos – isenção da taxa de inscrição29 a 31/01/2	12019
Período de recursos – isenção da taxa de inscrição 29 a 31/01/2	019
,	9
Resultado dos pedidos de isenção após recursos 05/02/201	:019
Resultado dos pedidos de iserição apos recursos	9
Último dia para entrega do laudo médico dos candidatos inscritos para as cotas 03/02/201	0
das pessoas com necessidades especiais e condições especiais a prova	9
Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário até as 18h 11/02/201	9
Edital de publicação das inscrições homologadas – lista preliminar de inscritos e	0
edital de deferimento de condições especiais para o dia da prova	9
Período de recursos – homologação das inscrições 20 a 22/02/2	:019

Avenida Manoel Roque nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC Telefone: (49) 3566-9000 – Site: www.videira.sc.gov.br

C.H.= Carga Horária Semanal.



PROCEDIMENTO / EVENTO	DATA / PERÍODO
Resultado da homologação das inscrições – lista oficial dos inscritos e	26/02/2019
Convocação para as provas	20/02/2019
Publicação dos locais de provas	04/03/2019
Aplicação da prova teórico-objetiva	10/03/2019
Publicação do gabarito preliminar	11/03/2019
Período de recursos – gabarito preliminar	12 a 14/03/2019
Publicação do gabarito oficial	18/03/2019
Publicação das notas preliminares	19/03/2019
Período de recursos – notas preliminares	20 a 22/03/2019
Publicação das notas oficiais	25/03/2019
Homologação dos resultados finais	25/03/2019

- 2.2. Todas as publicações serão divulgadas até às 23h59min, da data estipulada neste cronograma, no site www.legalleconcursos.com.br.
- 2.3. O cronograma de execução do Processo Seletivo Público poderá ser alterado a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração, sendo dada publicidade caso venha a ocorrer.
- 2.4. As datas de prova poderão ser alteradas em virtude de retificação no decorrer do prazo de inscrições ou caso se verifique a impossibilidade de realização das provas no mesmo dia.

CAPÍTULO III - DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. Para se inscrever, o candidato deverá preencher formulário específico, exclusivamente através da internet e que deverá ser acessado por meio de computador provido de sistema operacional Windows e Google Chrome, ou superior, através do endereço eletrônico *www.legalleconcursos.com.br*, no período especificado no cronograma de execução.
- 3.1.1. As inscrições encerram-se às 12h do último dia de inscrições.
- 3.2. No sítio deve-se selecionar a opção "Inscrições Abertas" para inscrever-se, escolhendo a opção "Processo Seletivo Público Videira/SC", na opção "Realizar Inscrição" e preenchendo todo o formulário de inscrição.
- 3.3. No final da operação, o candidato deve conferir os dados, aguardar e confirmar a inscrição para que o sistema gere o comprovante e o boleto bancário do Banco do Brasil. Este último deve ser impresso pelo candidato, que deverá efetuar o seu pagamento impreterivelmente até às 18h do último dia das inscrições.
- 3.4. O boleto bancário pago servirá de comprovante de inscrição, sendo imprescindível sua apresentação no dia da realização da prova objetiva, assim como do original do documento de identidade.
- 3.5. Para se inscrever o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:
- I Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II Ter no mínimo 18 anos completos no ato da admissão;
- III Estar em gozo com os direitos políticos;
- IV Estar quite, se de sexo masculino, com as obrigações militares;
- V Atender as condições especiais prescritas para o preenchimento do emprego.
- 3.5.1. Verificar se possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição descritos neste Edital.
- 3.5.2. Efetuar o pagamento da Inscrição através do boleto bancário gerado no ato da inscrição.
- 3.6. O Município e a Legalle não se responsabilizam pelas inscrições que não forem efetuadas por motivos de ordem técnica alheias ao seu âmbito de atuação, se o candidato não comprovar com a documentação necessária o pagamento da taxa de inscrição ou se ocorrer o preenchimento incorreto da ficha de inscrição e quaisquer outros fatores exógenos que a Legalle Concursos e a Prefeitura Municipal fiquem impossibilitadas de transferir os dados dos candidatos do certame.
- 3.7. O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes no seu formulário de inscrição, sob as penas da lei, bem como estará ciente das exigências e condições



previstas neste Edital, do qual não poderá alegar desconhecimento, ficando, desde já, cientificado de que informações inverídicas ou incorretas por ele prestadas na ocasião da inscrição resultarão automaticamente na sua desclassificação.

- 3.8. A taxa de inscrição será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para todos os empregos públicos de nível médio.
- 3.8.1. Não haverá devolução da taxa de inscrição sob qualquer situação, salvo cancelamento do Processo Seletivo Público.
- 3.9. Não serão restituídos pagamentos em duplicidade, pagamentos superiores ao da taxa de inscrição e nem em decorrência de alegada desistência.
- 3.10. O candidato transgênero que desejar requerer ser tratado pelo nome social durante a realização das provas e de qualquer outra fase presencial, deverá enviar cópia simples do CPF e do documento de identidade, juntamente com declaração digitada e assinada pelo candidato, autenticada em cartório, em que conste o nome social. Os documentos devem ser enviados para a Legalle Concursos.
- 3.11. As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
- 3.12. A Prefeitura Municipal disponibilizará aos candidatos que não possuírem acesso à internet, terminal com computador exclusivamente para inscrição neste Processo Seletivo na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, Rua Campos Novos, 135, Bairro Matriz, Videira/SC, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento das 09h às 11h30min.
- 3.12.1. O atendimento presencial tem o objetivo de auxiliar na realização de inscrições, sendo que no caso de dúvidas, é aconselhável o envio de e-mail para: *contato* @legalleconcursos.com.br.

CAPÍTULO IV - DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1. Os candidatos interessados, e que atenderem às condições estabelecidas neste Edital, na Lei Municipal nº 3.427/17 e Decreto 13.490/16, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição mediante solicitação junto à inscrição eletrônica.
- 4.2. É assegurado o direito de isenção da taxa de inscrição somente aos candidatos que:
- a) Exerceram função de eleitor convocado e nomeado para servir à justiça eleitoral, no mínimo duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina 36ª Zona Eleitoral Videira/SC, por ocasião dos pleitos eleitorais.
- a.1) PROCEDIMENTO: Deverão enviar, via Área do Candidato do site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br:
- I. Requerimento de isenção devidamente assinado (anexo V A) e digitalizado;
- II. Documento digitalizado da declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, comprovando ter o requerente prestado serviço à justiça eleitoral.
- b) Aos doadores regulares de medula óssea e de sangue, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo Poder Público.
- b.1) PROCEDIMENTO: Deverão anexar, via Área do Candidato do site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br:
- I. Requerimento de isenção devidamente assinado (anexo V A) e digitalizado;
- II. Documento digitalizado comprovando a condição de doador de sangue ou de medula óssea. O documento para comprovação da condição de doador de sangue ou medula óssea deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de sangue, em número não inferior a 03 (três) e ou de medula óssea, de pelo menos 1 (uma) doação no período de 12 meses.
- c) O candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico.



- c.1) PROCEDIMENTO: Deverão, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico do Consulta Cidadão Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/, preencher os dados (nome completo, data de nascimento, nome da mãe e informar o estado e município) e emitir o "Comprovante de Cadastramento" do Sistema de Cadastro Único (modelo no anexo V B). E, deverão anexar, via Área do Candidato do site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br:
- I. Requerimento de isenção (anexo V A), devidamente assinado;
- II. Comprovante de Cadastramento válido no CadÚnico emitido pelo portal Consulta Cidadão.

d) Ao candidato que for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal no 6.135/07.

- d.1) PROCEDIMENTO: Deverão anexar, via Área do Candidato do site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br:
- I. Requerimento de isenção (anexo V − A), devidamente assinado;
- II. Declaração de próprio punho de que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007: com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

e) Ao candidato que não possuir renda.

- e.1) PROCEDIMENTO: Deverão anexar, via Área do Candidato do site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br:
- I. Requerimento de isenção, devidamente assinado (anexo V − A);
- II. Páginas digitalizadas da Carteira de Trabalho de Previdência Social (CTPS) contendo a identificação e o último registro de contrato de trabalho e a folha subsequente em branco;
- III. Declaração de próprio punho digitalizada que não é detentor de cargo/emprego público, e;
- IV. Declaração de próprio punho digitalizada de que não possui outra fonte de renda.
- 4.3. Somente serão aceitas pelo sistema as extensões de arquivos: pdf, doc, docx, xls, xlsx, zip, rar, rtf, jpg, png, gif e jpeg.
- 4.4. A inscrição com o pedido de isenção poderá ser efetuada no período determinado no Cronograma de Execução, do Capítulo II deste edital.
- 4.5. A Comissão de Concursos e Processos Seletivos da empresa Legalle consultará, sempre que possível, o órgão públicos emissores (CadÚnico, MTE, TRE, Entidades Coletoras e etc.) para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 4.6. Será desconsiderado o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição de candidato que tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição.
- 4.7. Os resultados dos pedidos de isenção serão divulgados conforme o Capítulo II deste edital. Não haverá divulgação nominal dos candidatos isentos para salvaguardar sua condição social.
- 4.8. Os candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos que não efetuarem o pagamento da taxa de inscrição serão automaticamente excluídos do Processo Seletivo Público.
- 4.9. A não apresentação de qualquer documento para comprovar as condições de que trata os itens anteriores, ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada implicará indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.
- 4.10. Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada.
- 4.11. Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa deverão providenciar o pagamento do boleto impresso no momento da inscrição ou providenciar, no site da Legalle Concursos, a impressão de segunda via do boleto de pagamento, pagando-o dentro do prazo estipulado para permanecerem participando do certame.
- 4.12. Comprovada fraude para isenção de taxa de inscrição, o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público, se este ainda não tiver sido realizado, ou demitido, uma vez que já tiver sido admitido.



CAPÍTULO V – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O DIA DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 5.1. Em obediência ao disposto no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, aos Decretos Federais nº 3.298/99, e nº 6.949/2009, será destinado, aos portadores de necessidades especiais, 05% (cinco por cento) do total das vagas dos empregos públicos oferecidos para concurso, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com as necessidades especiais das quais sejam portadores.
- 5.2. A homologação final do Processo Seletivo Público para os portadores de necessidades especiais, quando aprovados, será em listagem própria, separada da lista de aprovados para vagas comuns, de forma que as nomeações obedeçam, predominantemente, à nota final obtida, independentemente da lista em que estiver o candidato.
- 5.3. Na hipótese do não aproveitamento das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, por reprovação ou por não atenderem aos requisitos estabelecidos neste Edital, essas vagas serão utilizadas pelos demais candidatos, respeitada rigorosamente a classificação.
- 5.4. Após a investidura do candidato no empregos público, a necessidade especial não poderá ser utilizada para justificar a concessão de aposentadoria ou de readaptação em outro emprego público, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.
- 5.5. Para efeito deste processo seletivo público, consideram-se necessidades especiais somente as assim conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos e que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto Federal nº 3298/99 e suas alterações, assim definidas:
- 5.5.1. Deficiência física alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
- 5.5.2. Deficiência auditiva perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
- 5.5.3. Deficiência visual cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Será considerado como deficiente visual, para fins de Processo Seletivo Público, o portador de visão monocular, na forma da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.
- 5.5.4. Deficiência mental funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
- 5.5.5. Deficiência múltipla associação de duas ou mais deficiências.
- 5.6. Para concorrer às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato deverá formalizar o pedido pela ficha eletrônica de inscrição e anexar o laudo médico, que deverá ser digitalizado, juntamente com REQUERIMENTO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O DIA DA PROVA do Anexo IV, até o dia determinado no cronograma de execução.
- 5.6.1. Se houver necessidade de tempo adicional, a justificativa deverá conter parecer emitido por especialista da área de deficiência.
- 5.6.2. A Comissão de Concursos e Processos Seletivos da empresa Legalle Concursos examinará a

possibilidade operacional de atendimento à solicitação.

- 5.7. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Público, não sendo devolvidos aos candidatos.
- 5.8. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais concorrentes.
- 5.9. A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição não poderá invocá-la futuramente em seu favor.
- 5.10. O grau de deficiência do candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.
- 5.11. O laudo médico que comprove a deficiência do candidato deverá:
- 5.11.1. Ter sido expedido no prazo de para 06 (seis) meses anteriores a data de publicação deste Edital;
- 5.11.2. Conter a assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina;
- 5.11.3. Especificar o grau ou o nível da deficiência;
- 5.11.4. Nos laudos médicos relativos à deficiência auditiva, deverá constar claramente a descrição dos grupos de frequência auditiva comprometidos;
- 5.11.5. Nos laudos médicos relativos à deficiência visual, deverá constar claramente a acuidade visual com a melhor correção, bem como a apresentação de campimetria visual;
- 5.11.6. Nos laudos médicos de encurtamento de membro inferior, deverá ser encaminhado laudo de escanometria.
- 5.12. Para solicitar condições especiais para realização de prova, o candidato deverá:
- 5.12.1. Encaminhar à Legalle Concursos via eletrônica juntamente com o requerimento da solicitação escaneado conforme Anexo III deste edital, o Laudo Médico original, em receituário próprio, atestando o tipo e o grau/nível de sua necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças CID, especificando claramente a deficiência.
- 5.12.1.1. Deverá, também, obrigatoriamente, assinalar o campo específico para esse fim no formulário de inscrição.
- 5.12.2. Somente será aceito em uma das extensões seguintes: pdf, doc, docx, xls, xlsx, zip, rar, rtf, jpg, png, gif e jpeg e tamanho de até 5 MB (megabytes).
- 5.12.2.1. Não serão aceitos arquivos corrompidos, com rasuras ou ilegíveis.
- 5.12.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar deve encaminhar, à Legalle Concursos, via meio eletrônico, o atestado de amamentação, juntamente com o requerimento do Anexo IV.
- 5.12.3.1. No dia de realização da prova, deverá levar acompanhante maior de 18 (dezoito) anos, que ficará em uma sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança.
- 5.12.3.2. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
- 5.12.3.3. A Legalle Concursos e a Prefeitura Municipal não se responsabilizarão por acompanhantes menores de idade durante a realização das provas.
- 5.13. A empresa Legalle Concursos realizará a análise dos laudos médicos para verificar se a deficiência é compatível com o emprego público.
- 5.13.1. No caso de incompatibilidade, o candidato, se aprovado, concorrerá somente à vaga de ampla concorrência.



- 5.14. O candidato portador de necessidades especiais participará do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação e aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação mínima exigida.
- 5.15. O candidato portador de necessidades especiais aprovado e convocado para o emprego público poderá, também durante o exercício das atividades, ser submetido à avaliação por equipe multiprofissional, a qual bem identificará a compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência apresentada.
- 5.16. A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação irrestrita das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 5.17. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão das informações prestadas na inscrição.
- 5.18. Não será homologado o pedido de condições especiais para a realização da prova do candidato que descumprir quaisquer das exigências deste Edital.
- 5.19. As condições especiais ofertadas na data de realização da prova teórico-objetiva, de acordo com a necessidade do candidato, bem como com o envio da documentação necessária, conforme prazo estabelecido no cronograma de execução e deferimento do pedido trazido no Anexo IV, são as seguintes:
- 5.19.1. Acesso facilitado;
- 5.19.2. Auxílio para preenchimento do Cartão Resposta;
- 5.19.3. Caderno de Prova ampliado (Fonte 18 ou 24);
- 5.19.4. Guia intérprete;
- 5.19.5. Intérprete de Libras;
- 5.19.6. Ledor;
- 5.19.7. Leitura labial;
- 5.19.8. Sala para Amamentação;
- 5.19.9. Sala próxima ao banheiro;
- 5.19.10. Sala térrea ou acesso com uso de elevador;
- 5.19.11. Tempo adicional de 01 (uma) hora;
- 5.19.12. Uso de prótese auditiva.

CAPÍTULO VI - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. No dia determinado no cronograma de execução, será divulgado o edital de deferimento e indeferimento das inscrições contendo o deferimento, ou não, das solicitações especiais de realização das provas. O candidato deverá acompanhar tal edital para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido deferida, o mesmo poderá apresentar recurso, conforme regra deste Edital. Se mantido o indeferimento, o candidato será eliminado do Concurso Público, não assistindo direito à devolução da taxa de inscrição.
- 6.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente no site da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br. Caso a inscrição do candidato conste indeferida mesmo após o pagamento tempestivo da taxa de inscrição, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento com o respectivo boleto bancário mediante recurso, nos prazos deste Edital.
- 6.3. Caso o nome do candidato não conste na lista oficial no dia da prova, o mesmo deverá se apresentar ao Coordenador de Local de Prova, de posse do boleto bancário e respectivo comprovante de pagamento e solicitar a realização da prova em caráter condicional. O boleto bancário e o comprovante de pagamento, em via original, deverão ser entregues ao Coordenador. O candidato deve se apresentar em local no qual será



aplicada a prova para o seu emprego.

6.4. Após a realização da prova, o boleto bancário e o comprovante de pagamento serão submetidos a verificação da qual será exarado parecer da Comissão de Concursos que servirá de ato de homologação de inscrição e validação da pontuação obtida na prova realizada.

CAPÍTULO VII - DAS PROVAS E ETAPAS

7.1. As provas e etapas serão compostas do seguinte modo:

7.1.1. Para os empregos públicos de Ensino Médio: Agente Comunitário de Saúde.

PROVA	ÁREA DO CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO/ VALOR	NOTA MÍNIMA	TOTAL
	Língua Portuguesa	05	1,5		
Teórico- Objetiva	Informática	05	1,5	40%	100,0
	Conhecimentos Gerais	05	2,0	40%	
	Conhecimentos Específicos	15	5,0		

CAPÍTULO VIII – DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 8.1. A prova teórico-objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os empregos públicos no dia determinado no cronograma de execução e terá duração de 03 (três) horas. A prova contará com 30 (trinta) questões de múltipla escolha, compostas de 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), conforme PROGRAMA DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Anexo II).
- 8.1.1. Os locais de prova teórico-objetiva serão divulgados posteriormente à data de homologação das inscrições, devido à expectativa de candidatos inscritos e à necessidade de logística.
- 8.1.2. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
- 8.1.3. Os portões de acesso aos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para o início das provas.
- 8.1.3.1. Serão consideradas como portões de acesso, as portas internas do prédio onde ocorrerão as provas.
- 8.2. O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identificação válido, quais sejam: Cédula de Identidade ou Carteira expedida pelos Comandos Militares ou pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social modelo novo ou Carteira Nacional de Habilitação (no prazo de validade); Passaporte (no prazo de validade) ou Carteira Funcional do Ministério Público.
- 8.2.1. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.
- 8.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, cartão de CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo, sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.
- 8.3.1. Não será aceito cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
- 8.4. Os candidatos com diagnóstico de doença infecciosa/contagiosa, no dia de realização das provas, deverão apresentar atestado de liberação do médico para a Comissão de Concursos responsável do seu local de prova, atestando que pode frequentar lugares públicos e os cuidados a serem tomados durante a realização da Prova.
- 8.5. É garantida a liberdade religiosa dos candidatos inscritos neste Processo Seletivo Público. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem a local a ser indicado pela Coordenação da Legalle Concursos, no qual, com a

Avenida Manoel Roque no 188, Bairro Alvorada, Videira/SC Telefone: (49) 3566-9000 – Site: www.videira.sc.gov.br



devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

- 8.6. A Legalle Concursos disponibilizará embalagem específica para guarda dos materiais e de todo e qualquer pertence pessoal, que será fornecida pelo fiscal de sala. É de total responsabilidade do candidato a guarda de todos os materiais nessa embalagem.
- 8.7. Candidatos com porte de arma devem dirigir-se diretamente à Coordenação do local de prova, onde deixarão armazenado a arma até o final da prova.
- 8.8. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha, corretivo; qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, sucos, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas, etc.) que não seja fabricado com material transparente.
- 8.8.1. Esses materiais serão recolhidos, caso estejam de posse do candidato.
- 8.9. Somente será permitido garrafa transparente e sem rótulo, bem como alimentos em embalagem transparente.
- 8.10. O candidato que estiver utilizando gesso, ataduras ou similares, será submetido ao sistema de inspeção antes do início das provas.
- 8.11. O candidato que necessita a utilização de medicamentos durante a aplicação da prova, deverá comunicar ao fiscal antes do início das provas, para que sejam inspecionados.
- 8.12. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Legalle Concursos tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
- 8.13. Identificação especial: Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio, assim como apresentação de outro documento com foto e assinatura.
- 8.13.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 8.13.2. A identificação especial será exigida, ainda, no caso do documento de identidade que estiver violado ou com sinais de violação.
- 8.13.3. A identificação especial será julgada pela Comissão do Concursos e Processos Seletivos da empresa Legalle Concursos.
- 8.13.4. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público.
- 8.14. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que:
- 8.14.1. Faltar no dia da prova, bem como aquele que não atingir a pontuação mínima na prova teóricoobjetiva.
- 8.14.2. Por ocasião da realização das provas, não apresentar documento de identificação original e/ou a identificação especial não for favorável pela Comissão do Processo Seletivo Público da empresa Legalle Concursos.



- 8.14.3. Manter em seu poder relógios, armas (de fogo e/ou brancas) e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, *tablets*, etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para este fim.
- 8.13.3.1. Manter em seu poder aparelho eletrônico ligado e/ou em modo silencioso, mesmo que este esteja em malote lacrado durante o período de realização da prova teórico-objetiva.
- 8.14.4. Permanecer após a entrega do cartão resposta nas dependências do local onde realizará a prova (banheiros, pátio, corredores e demais instalações).
- 8.14.5. Recusar-se a manter-se em silêncio, após a entrada no local de prova.
- 8.14.6. Desacatar a equipe coordenadora, bem como os fiscais de prova.
- 8.14.7. Desobedecer aos regramentos contidos neste Edital.
- 8.15. A prova teórico-objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, constará de questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, sendo considerado(s) aprovado(s) o(s) candidato(s) que, alcançar(em) 40% (quarenta por cento) ou mais na nota total da prova teórico-objetiva.
- 8.16. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta e de ponta grossa.
- 8.17. Caso o candidato não conste na lista oficial de inscritos, ele poderá apresentar o boleto bancário referente à taxa de inscrição com o correspondente comprovante de quitação, para ingresso na sala de provas. No entanto, o candidato deverá se apresentar no dia, hora e local definidos para a realização da prova para o seu emprego público.
- 8.18. Não será permitida a realização da prova aos candidatos não homologados, salvo na hipótese anterior.
- 8.19. Não será permitida a entrada no prédio da realização das provas do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de fechamento dos portões.
- 8.20. Após o sinal indicativo de fechamento dos portões, não será permitido que nenhum candidato se ausente da sala de aplicação de provas antes de encerrada a leitura das instruções de prova pelos fiscais de sala.
- 8.21. Não será permitida a saída do prédio até 01 (uma) hora de provas, após o fechamento dos portões.
- 8.22. Ao entrar na sala de realização de prova, o candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material.
- 8.23. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas. O candidato, após entrar no recinto de prova, somente poderá se retirar após o início da aplicação dessa, salvo se requerido condições especiais e aprovado para a realização das provas.
- 8.24. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designados.
- 8.25. O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá solicitar previamente o atendimento de sua necessidade especial, conforme o previsto neste Edital.
- 8.25.1. O candidato utilizará a prótese somente quando for necessário, sendo avisado pelo fiscal.
- 8.26. Todo e qualquer pertence pessoal deverá ser depositado pelos candidatos em local indicado pelos fiscais do Processo Seletivo Público.
- 8.27. A Legalle Concursos ou o Município não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que ocorrerem aos pertences pessoais dos candidatos.

- 8.28. O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala.
- 8.29. O candidato receberá o caderno de provas com o número de questões no total. Detectado qualquer divergência, deverá comunicar ao fiscal e solicitar novo documento, sendo de sua responsabilidade esta confirmação, inclusive quanto ao emprego transcrito na capa do caderno de provas.
- 8.30. Ao candidato, durante a realização da prova, não será permitido utilizar óculos escuros, boné, boina, chapéu, gorro, touca, lenço ou quaisquer outros acessórios que lhe cubram a cabeça, ou parte desta, bem como o pescoço.
- 8.31. Não será permitido o uso de lápis, borracha, lapiseiras, marca-textos, rótulo de garrafas, *squeeze*, latas, alimentos e garrafas térmicas, sendo permitido somente garrafas transparentes, sem rótulo.
- 8.32. Em cima da carteira o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de material transparente, de cor azul ou preta, e o documento de identidade.
- 8.33. O candidato só poderá se retirar do recinto da prova após 01 (uma) hora do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas somente após 02 (duas) horas.
- 8.34. Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o Cartão-Resposta devidamente preenchido e assinado. A não entrega do Cartão-Resposta e a falta de assinatura neste implicará automática eliminação do candidato do certame.
- 8.35. Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas. Poderá ser coletada a impressão digital do candidato no Cartão-Resposta.
- 8.36. O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão-Resposta com caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta e de ponta grossa.
- 8.37. O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste edital, na prova e no Cartão-Resposta.
- 8.37.1. O candidato fica obrigado a preencher as marcações no Cartão-Resposta de acordo com as instruções impressas no mesmo, sob pena de não identificação das marcações do Cartão-Resposta.
- 8.38. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão-Resposta por erro ou desatenção do candidato.
- 8.39. Não serão computadas as questões não assinaladas no Cartão-Resposta e nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura e marcações na forma incorreta ainda que legíveis.
- 8.40. É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão-Resposta, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura digital.
- 8.41. É responsabilidade do candidato à conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identificação e o emprego público de sua opção impressos no Cartão-Resposta.
- 8.42. O caderno de provas somente poderá ser substituído no ato de entrega. Pedidos de substituição posteriores não serão levados a termo.
- 8.43. O candidato deverá se sentar na classe que lhe for designada, se houver mapeamento da sala de prova.
- 8.44. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público nas dependências do local onde for aplicada a prova, exceto nos casos de amamentação regularmente concedida.
- 8.45. Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinarem a ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo.
- 8.46. Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que:



- 8.46.1. Tornar-se culpado por incorreção, descortesia, incivilidade ou desacato para com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes, bem como não se mantiver em silêncio após o recebimento da prova.
- 8.46.2. For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza.
- 8.46.3. Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização.
- 8.46.4. Ausentar-se da sala sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a prova e entregue o Cartão-Resposta.
- 8.46.5. Recusar-se a entregar o material das provas ou continuar a preenche-lo ao término do tempo destinado para a sua realização.
- 8.46.6. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na folha de respostas, em especial, quanto ao preenchimento correto do Cartão-Resposta.
- 8.46.7. Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável).
- 8.46.8. Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados.
- 8.46.9. Fumar no ambiente de realização das provas.
- 8.46.10. Manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets, etc.).
- 8.46.10.1. Manter em seu poder aparelho celular ligado e/ou em modo silencioso, mesmo que este esteja em malote lacrado durante o período de realização da prova teórico-objetiva.
- 8.46.11. For surpreendido portando materiais com conteúdo de prova no momento de sua realização.
- 8.47. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo Público, a Legalle Concursos poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.
- 8.48. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou a critérios de avaliação/classificação.
- 8.49. O Cronograma de Execução aponta a data de execução das provas, que poderá ser adiada por imperiosa necessidade, decidido pela Comissão de Concursos Públicos e Processos Seletivos da Legalle Concursos, bem como pela Comissão Executiva de Concursos Públicos e Processos Seletivos do Município.
- 8.50. As questões da prova teórico-objetiva versarão sobre as áreas de conhecimento especificadas no Quadro Demonstrativo do Capítulo VII.
- 8.51. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização de prova e o comparecimento no horário determinado, antes do fechamento dos portões de acesso.
- 8.52. Se o candidato foi identificado portando aparelho celular ligado, dentro do prédio de provas, após o início da prova, o mesmo será sumariamente eliminado do Processo Seletivo Público.
- 8.53. A composição da Banca Examinadora será divulgada após a realização das provas.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

- 9.1. Os recursos terão os prazos previstos no Cronograma de Execução e são destinados à(ao):
- 9.1.1. Impugnação dos regramentos deste edital;

- 9.1.2. Isenção da taxa de inscrição;
- 9.1.3. Homologação das inscrições;
- 9.1.4. Gabarito das provas (discordância da formulação da questão e da resposta apontada);
- 9.1.5. Notas das provas teórico-objetivas;
- 9.2. Os recursos deverão ser dirigidos por Formulário Eletrônico que será disponibilizado no endereço eletrônico: https://legalle.areadocandidato.com.br/ mediante informação do CPF e senha cadastrada no ato de inscrição.
- 9.3. No período destinado aos recursos do gabarito preliminar, exclusivamente, será disponibilizado na Área do Candidato o procedimento de vista da Prova-Padrão, para todos os empregos públicos.
- 9.4. Não serão considerados os recursos eletrônicos que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica ou por culpa de terceiros.
- 9.5. O candidato pode interpor quantos recursos julgar necessários, porém, deve sempre utilizar formulários distintos para cada recurso (questão).
- 9.6. Recursos e argumentações apresentados fora das especificações e do prazo estabelecidos neste edital serão indeferidos.
- 9.7. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.
- 9.8. Recursos com teor idêntico/assemelhado ou ofensivo serão preliminarmente indeferidos.
- 9.9. Recurso sem fundamentação teórica ou sem consistência argumentativa será indeferido.
- 9.10. O candidato deve procurar se basear na bibliografia indicada para fundamentar seu recurso.
- 9.11. O simples recurso por discordância do gabarito preliminar sem a devida justificativa será indeferido.
- 9.12. Os recursos que não forem recebidos na forma prevista neste edital serão indeferidos, não sendo aceito nenhum recurso por e-mail.
- 9.13. O candidato pode enviar recurso apenas para o empregos públicos no qual está inscrito e para si próprio.
- 9.14. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de publicação definitiva ou oficial e pedido de reconsideração.
- 9.15. Os pontos relativos à questão eventualmente anulada da prova teórico-objetiva serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova, exceto para os que já haviam computado a questão como correta antes da anulação.
- 9.16. Provido o pedido de alteração do gabarito, não serão mantidos os pontos obtidos dos candidatos que tiverem respondido à questão conforme alternativa divulgada no gabarito preliminar.
- 9.17. Se houver alteração do gabarito preliminar da prova teórico-objetiva, por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo, salvo quando aplicados os critérios do item anterior.
- 9.18. Todos os recursos serão analisados e as justificativas da manutenção/alteração disponibilizadas na Área do Candidato no endereço eletrônico da Legalle Concursos: www.legalleconcursos.com.br, não sendo encaminhadas individualmente aos candidatos.
- 9.19. Não serão aceitos recursos administrativos de revisão de gabarito e notas interpostos por fac-símile, email ou outro meio que não o especificado neste Edital.



- 9.20. Em caso de alteração de gabarito oficial preliminar de questão de prova, em virtude dos recursos interpostos, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido.
- 9.21. A Legalle Concursos se reserva o direito de anular questões ou de alterar gabarito, independentemente de recurso, visto ocorrência de equívoco na formulação de questões ou respostas.
- 9.22. Somente haverá anulação de questão da prova teórico-objetiva se comprovadamente implicar prejuízo aos candidatos, sendo qualquer decisão da Banca Examinadora em relação à anulação de questão devidamente fundamentada.
- 9.23. Para os candidatos que não dispõem de acesso à internet, será disponibilizado computador junto a Prefeitura Municipal de Videira, à Rua Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, para a interposição de recursos e impugnação do edital.

CAPÍTULO X – DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

- 10.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação final obtida.
- 10.2. A nota final dos candidatos será expressa pela pontuação obtida na prova teórico-objetiva.
- 10.3. Em caso de empate na classificação dos candidatos, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:
- 10.3.1. Idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição nestes Concursos Públicos, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27, da Lei nº. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso).
- 10.3.2. Maior pontuação na área de Conhecimentos Específicos.
- 10.3.3. Maior pontuação na área de Língua Portuguesa.
- 10.3.4. Maior pontuação na área de Conhecimentos Gerais.
- 10.3.5. Maior pontuação na área de Informática.
- 10.3.6. Direito de preferência ao candidato que exerceu função efetiva de jurado, conforme a Lei nº 11.690, de 2008.
- 10.3.7. Sorteio pela Loteria Federal, se o empate persistir, de acordo com o que segue:
- 10.3.7.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal do dia imediatamente anterior ao da aplicação da prova teórico-objetiva.
- 10.3.7.2. Do resultado, se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem de desempate será crescente.
- 10.3.7.3. Do resultado, se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem de desempate será decrescente.
- 10.4. A classificação será apurada somente após a divulgação das notas oficiais de todas as etapas compreendidas no presente Processo Seletivo Público.

CAPÍTULO XI - DO PROVIMENTO DO EMPREGO

- 11.1. O provimento do emprego obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 11.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Município de Videira/SC.
- 13.3. A contratação dos aprovados seguirá a normas contidas na Lei Municipal nº 1942/07.



- 13.4 O candidato aprovado no processo seletivo simplificado, ao ser chamado, deverá observar os seguintes procedimentos administrativos para efetivação da contratação:
- I ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II ter completado dezoito anos;
- III estar no gozo dos direitos políticos;
- IV ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais:
- V possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;
- VI atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;
- VII não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;
- VIII apresentar os seguintes documentos;
- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos:
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- IX apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- I) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.
- 11.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento uma só vez.
- 11.6. O Processo Seletivo terá validade de até 2 (dois) anos a partir da data de homologação dos resultados, prorrogável por mais 2 (dois) anos, a critério do Município de Videira/SC.
- 11.7. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de contratação, a contratação no emprego só lhes será deferida no caso de:
- 11.7.1. Apresentar a documentação comprobatória acompanhada de fotocópia.
- 11.7.2. Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital.



- 11.7.7. Possuir habilitação para o emprego pretendido, conforme o disposto na tabela de emprego, na data da contratação.
- 11.7.8. Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de emprego, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de empregos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal.
- 11.7.9. Comprovação de residência que poderá ser feita através de conta de luz, água ou telefone em nome do candidato ou declaração devidamente reconhecida em cartório.
- 11.7.10. Candidatos com deficiência verificar Capítulo próprio, neste Edital.
- 11.7.11. Apresentar atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do emprego, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
- 11.7.12. Apresentar declaração negativa de acumulação de emprego, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.
- 11.8. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da contratação, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.
- 11.9. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. A inexatidão das informações, bem como a falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 12.2. Os casos omissos serão resolvidos Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n. 1.344/18, em conjunto com a Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.
- 12.3. Fazem parte do presente Edital:
- 12.3.1. Anexo I Atribuições dos empregos públicos.
- 12.3.2. Anexo II Programa da Prova Teórico-Objetiva e Referências Bibliográficas.
- 12.3.3. Anexo III Requerimento para pessoas com necessidades especiais e/ou condições especiais para o dia de prova.
- 12.3.4. Anexo IV Modelo de Comprovante de Cadastramento no Cadastro Único.

CAPÍTULO XIII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 13.1. Delega-se competência a Legalle Concursos, como banca executora deste Processo Seletivo Público, para:
- 13.1.1. Receber os requerimentos de inscrições e isenções e julgá-los;
- 13.1.2. Emitir os documentos de homologação das inscrições e isenções;
- 13.1.3. Elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas teórico-objetivas.
- 13.1.4. Apreciar os recursos previstos neste edital e emitir julgamento;
- 13.1.5. Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

Avenida Manoel Roque nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC Telefone: (49) 3566-9000 – Site: www.videira.sc.gov.br



- 13.1.6. Prestar informações sobre o Processo Seletivo Público dentro de sua competência;
- 13.1.7. Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- 13.1.8. Responder, em conjunto com o Município eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

CAPÍTULO XIV - DO FORO

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Público e que trata deste edital é da Comarca de Videira/RS.

Videira/SC, 09 de janeiro de 2019.

Sra. Claudete Nardi Vavassori, Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.



ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

***As atribuições transcritas nesse anexo não substituem o texto integral da Lei Municipal 2.749/2012 bem como suas respectivas alterações das leis que criam, ampliam e regulamentam os empregos constantes neste edital.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Cadastrar as famílias de sua área de atuação (+/- 250 famílias); Estimular a participação comunitária; Analisar junto com os demais membros da equipe de saúde, as necessidades da comunidade; Registrar nascimentos e óbitos; Participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente; Acompanhar gestantes, orientando sobre o pré-natal; Acompanhar crianças de 0-5 anos em relação ao crescimento e desenvolvimento; Controlar o cartão de vacinas; Estimular o aleitamento materno; Controlar as doenças diarreicas, estimulando a terapia de reidratação oral. Descobrir precocemente as crianças com infecções respiratórias; Orientar sobre os cuidados higiênicos com o corpo, a água, o preparo de alimentos; Orientar sobre o correto destino do lixo; Identificar situações de risco, como por exemplo: crianças com idade inferior a quatro meses que não estão sendo amamentadas ao peito, bebês com peso inferior a 2500g ao nascer, crianças desnutridas, filhos de mães alcoólatras, fumantes entre outras, gestantes que não iniciaram pré-natal, gestantes desnutridas, com pressão alta, menor de 18 anos e mulheres que engravidam após os 40 anos.



ANEXO II - PROGRAMA DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

***As bibliografias sugeridas poderão ser utilizadas pelas bancas realizadoras das questões, mas este referencial não retira o direito da banca de se embasar em atualizações, outros títulos e publicações não citadas nesta bibliografia. Esta bibliografia tem apenas o caráter orientador.

***As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº. 6.583, de 29/09/2008, poderão ser utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas, e o conhecimento destas novas regras poderá ser exigido para a resolução das mesmas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Ensino Médio: Agente Comunitário de Saúde.

PROGRAMA DE PROVA:

Leitura e compreensão de textos: Assunto. Estruturação do texto. Ideias principais e secundárias. Relação entre as ideias. Efeitos de sentido. Figuras de linguagem. Recursos de argumentação. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. Coesão e coerência textuais. Léxico: Significação de palavras e expressões no texto. Substituição de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas. Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica no sistema oficial vigente (Novo Acordo Ortográfico). Relações entre fonemas e grafias. Flexões e emprego de classes gramaticais. Vozes verbais e suas conversões. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase). Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. Pontuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1. BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- 2. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo Acordo Ortográfico. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- 3. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. O Dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- 4. FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008. Reimpressão.
- 5. LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- 6. MANUAIS, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgão públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.

INFORMÁTICA

Ensino Médio: Agente Comunitário de Saúde.

PROGRAMA DE PROVA:

Conhecimentos sobre o programa Microsoft Word 2016: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom. Abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, quias e grupos da Faixa de Opcões, teclado e/ou mouse. Identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos. Saber identificar as configurações e configurar as Opções do Word. Saber usar a Ajuda. E aplicar teclas de atalho para qualquer operação. Google Chrome: Como fazer login ou sair. Definir o Google Chrome como navegador padrão. Importar favoritos e configurações. Criar perfil. Personalizar o Chrome com apps, extensões e temas. Navegar com privacidade ou excluir o histórico. Usar guias e sugestões. Pesquisar na Web no Google Chrome. Definir mecanismo de pesquisa padrão. Fazer o download de um arquivo. Usar ou corrigir áudio e vídeo em Flash. Ler páginas mais tarde e off-line. Imprimir a partir do Chrome. Desativar o bloqueador de anúncios. Fazer login ou sair do Chrome. Compartilhar o Chrome com outras pessoas. Definir sua página inicial e de inicialização. Criar, ver e editar favoritos. Ver favoritos, senhas e mais em todos os seus dispositivos. Navegar como visitante. Criar e editar usuários supervisionados. Preencher formulários automaticamente. Gerencias senhas. Gerar uma senha. Compartilhar seu local. Limpar dados de navegação. Limpar, ativar e gerenciar cookies no Chrome. Redefinir as configurações do Chrome para padrão. Navegar com privacidade. Escolher configurações de privacidade. Verificar se a conexão de um site é segura. Gerenciar avisos sobre sites não seguros. Remover softwares e anúncios indesejados. Iniciar ou parar o envio automático de relatórios de erros e falhas. Aumentar a segurança com o isolamento de site. Usar o

Avenida Manoel Roque no 188, Bairro Alvorada, Videira/SC Telefone: (49) 3566-9000 – Site: www.videira.sc.gov.br



Chrome com outro dispositivo. Configurações do Google Chrome: alterar tamanho de texto, imagem e vídeo (zoom), ativar e desativar notificações, alterar idiomas e traduzir páginas da Web, usar a câmera e o microfone, alterar permissões do site, redefinir as configurações do Chrome para o padrão e acessibilidade no Chrome. Corrigir problemas: melhorar a execução do Chrome, corrigir problemas com conteúdo da Web e corrigir erros de conexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1. GOOGLE. Suporte ao Google Chrome: (https://support.google.com/chrome).
- 2. MANUAIS e apostilas de referência do Pacote Office e ajuda on-line (help).
- 3. MICROSOFT PRESS. Dicionário de Informática. Tradução de Valeria Chamon. Campus.
- 4. MICROSOFT. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Word 2016).
- 5. NORTON, Peter. Introdução à Informática. Makron Books.
- 6. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.
- 7. MANUAIS, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgão públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Ensino Médio: Agente Comunitário de Saúde.

PROGRAMA DE PROVA:

Conhecimento Gerais: Dados históricos, geopolíticos e socioeconômicos, do município, do estado, do país, e do mundo. Informações sobre artes, esportes, política, economia e cultura. Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável, ecologia e descarte correto de resíduos. Ciências Naturais, Cultura, Cinema, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo. História e Geografia Gerais Mundiais, do Brasil, do Estado e do Município. Atualidades no Brasil: Cenário político brasileiro. Operação Lava Jato e implicações nacionais. Reforma trabalhista. Mobilidade urbana. Problema de moradia nos grandes centros urbanos. Centenário da morte de Olavo Bilac. Operação Carne Fraca. Privatizações do Governo Temer. Acessibilidade e o papel das políticas públicas. Intolerância e Xenofobia. Crise econômica. Reforma política. Condenação do expresidente Lula. Sistema prisional brasileiro. História da saúde pública no Brasil. Debate sobre cultura do estupro. Bullying. Naufrágios. Cotas sociais e raciais. Massacre indígena. Fim da missão de Paz no Haiti. Eleicões 2018. Documentos da cia sobre a ditadura brasileira. Protesto dos caminhoneiros e o preco da gasolina. 30 anos de constituição cidadã. Intervenção federal. Estatuto do desarmamento. Malala no Brasil: o empoderamento feminino vem da escola. Crise dos combustíveis e a matriz energética brasileira. Corrupção durante o regime militar. Suspensão da sobretaxa do aço pelos EUA ao Brasil. Fake News e o cenário político nas eleições de 2018. Petróleo e sua importância na política brasileira. Como é calculado o PIB. Fatos sobre a desigualdade de gênero no Brasil. NAFTA e a relação com o Brasil. Atualidades no mundo: Governo de Donald Trump e a Política Imigratória dos EUA. Coreia do Norte. Guerra na Síria. Brexit. Díaz-Canel e o novo governo cubano. Revoltas de 1968. Refugiados. Acordo de Paris. Crise na Venezuela e Governo de Nicolas Maduro. Atentados Terroristas. Racismo nos EUA. Os 100 anos do fim da Primeira Guerra. Os 200 anos do nascimento de Karl Marx. Os 100 anos do nascimento de Nelson Mandela. Equilíbrio de forças no Oriente Médio. Os 50 anos da morte de Martin Luther King, Furação Irma. Atentado em Las Vegas. Kremlin e a corrida armamentista. Copa do Mundo 2018. Assédio sexual em Hollywood. 70 anos do estado de Israel e a inauguração da embaixada americana em Jerusalém. Negociações e reaproximação das coreias. Sistema político da Rússia. Angela Merkel e a Alemanha. Terremotos na Bolívia. Mudança de liderança em cuba. História da ocupação da Armênia pela Turquia. Instabilidade econômica da argentina. A década da china. Riscos dos agrotóxicos. Irã e seu Programa Nuclear como ameaça global. Terremotos e tsunami na Indonésia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. MANUAIS, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgãos públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ensino Médio: Agente Comunitário de Saúde.

PROGRAMA DE PROVA:

Atribuições. Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Estratégias e ações de educação e promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, em especial o Programa de Saúde da Família; Atenção primária à saúde. Conceitos de territorialização, micro área e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Conhecimentos básicos sobre doenças. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário. Ética no trabalho em saúde. Estratégia de saúde da família na Atenção Básica à saúde. Estratégias de abordagem a grupos sociais e famílias. Direitos humanos. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Indicadores socioeconômicos,

Avenida Manoel Roque no 188, Bairro Alvorada, Videira/SC Telefone: (49) 3566-9000 – Site: www.videira.sc.gov.br



culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação. Imunologia e Calendários de Vacinação. Saúde do recémnascido, da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso. Coleta de dados: e-SUS Atenção Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- 2. BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 50 do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.
- 3. BRASIL. Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.
- 4. BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação 2018.
- 5. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde. 2009.
- 6. BRASIL. Ministério da Saúde. O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde. 2009.
- 7. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- 8. BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.
- 9. BRASIL. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
- 10.BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
- 11.BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança Menino/Menina. 2013.
- 12.LACERDA, T.; DIAS, E. (Org.). Guia do ACS: O Agente Comunitário de Saúde e o cuidado à saúde dos trabalhadores em suas práticas cotidianas. Nescon/UFMG, 2012.
- 13.MANUAIS, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgão públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.



ANEXO III – REQUERIMENTO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O DIA DA PROVA

Nome do candidato:		
Nº da inscrição:	Emprego:	
	solicitar condições especiais para o dia de prova solicitar inscrição em vaga destinada a deficiente	
Necessidades de Condiçõ	es Especiais para o Dia de Prova:	
	ado (Fonte 18 ou 24) o om uso de elevador	
	Classificação Internacional de Doença – CID vel pelo Laudo:	
É obrigatória a apresenta	ção de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse rec o disposto no Edital de Abertura e Inscriçõe	
		dede 2019.
	Assinatura do Candidato	



ANEXO IV - MODELO DO COMPROVANTE DE CADASTRAMENTO NO CADASTRO ÚNICO



Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

Comprovante de Cadastramento

Sua família está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal!

Nome:

Seu NIS é:

Data de nascimento:

Nome da mäe:

Faixa de Renda familiar total:

Data de cadastramento:

Faixa de Renda familiar por pessoa(per capita):

Município/UF onde está cadastrado:

Cadastro atualizado:

Última atualização cadastral:

INTEGRANTES DA FAMILIA

Nome da pessoa Data de nascimento

Parentesco com o Responsável Familiar

Estado cadastral

Cadastrado

Observações:

A autenticidade poderá ser confirmada no site do MDSA(www.mds.gov.br), informando a chave de segurança abaixo:

NIS

Chave de segurança:

Consulta realizada às

do dia

Esse comprovante contém informações do Sistema de Cadastro Único de Maio 2018



***Este é um exemplo do Comprovante de Cadastramento no Cadastro Único a ser obtido pelo próprio candidato no endereço eletrônico do Consulta Cidadão – Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/>.